PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

Ofício n° 287/2010 – GPM Holambra, 3 de Dezembro de 2010.

Ao Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra
ASTÉRIO PINTO FILHO

Com meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente, para encaminhar, EM CARÁTER DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA, incluso ao presente ofício, o Projeto de Lei Complementar que "INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, PARA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DE BAIXO RISCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveito para apresentar os mais elevados votos de considerada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

MARGARETH ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Excelentíssimo Senhor
MD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - SP
VEREADOR ASTÉRIO PINTO FILHO

Fl Nº 001/2010
Processo 122/2010

Câmara Municipal de Holambra
Número de Protocolo 01536/2010
Data: 03/12/2010 Hora: 11:59:00
Procedência: PODER EXECUTIVO
Assunto: ENCAMINHA PROJETO DE LEI QUE INSTITUI TRATAMENTO DIFERENCIADO AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 21 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2010.

INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, PARA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DE BAIXO RISCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º O Microempreendedor Individual – MEI, definido na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 128, de 19 de dezembro de 2008, constituído a partir de 01 de julho de 2009 e optante do Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional (SIMEI), deverá informar tal condição na declaração cadastral municipal.

Artigo 2º O Microempreendedor Individual – MEI, após cumpridas as formalidades legais de registro, deverá comparecer á Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, para análise quanto à compatibilidade da atividade no local pretendido.

Artigo 3º Exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto e havendo compatibilidade da atividade no local pretendido, será concedido Alvará de Funcionamento Provisório para o Microempreendedor Individual – MEI.

§1º Exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto, as vistorias para emissão de licenças e autorizações de funcionamento somente ocorrerão após o início da operação do estabelecimento, quando a atividade, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

§2º São consideradas de alto grau de risco, todas as atividades econômicas exercidas no âmbito do Microempreendedor Individual – MEI, relativas à fabricação, comercialização, manipulação continua e/ou armazenagem de:

I – produtos explosivos;

003/2010
Fl Nº
122/2010
Processo

II – gases;

III – substâncias sujeitas à combustão espontânea ou que emita gases inflamáveis em contato com a água;

IV – líquidos altamente inflamáveis;

V – substâncias altamente oxidantes, corrosivas, tóxicas e/ou infectantes; e

VI – materiais radioativos.

§3º Não havendo a compatibilidade da atividade no local pretendido, a Prefeitura de Holambra deverá:

I – notificar o interessado; e

II – comunicar a decisão à Junta Comercial, devendo informar o NIRE (Núcleo de Identificação do Registro da Empresa) do Microempreendedor Individual, a que se refere o cancelamento, sobre o motivo correspondente e a data da deliberação.

Artigo 4º O Microempreendedor Individual – MEI não ficará sujeito ao pagamento de valores, a qualquer título, referentes a qualquer ato de inscrição e início de funcionamento.

Artigo 5º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN do Microempreendedor Individual – MEI, será recolhido mensalmente em valores fixos de R$ 5,00 (cinco reais), através de documento de arrecadação da Receita Federal do Brasil, de acordo com o disposto na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008.

Artigo 6º Na vigência da opção Microempreendedor Individual – ME que opta pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional – SIMEI, não lhe será aplicado:

I – valores estimados de ISSQN fixados pela Fazenda Pública Municipal;

II – descontos, reduções ou isenções previstas pela legislação municipal;

III – retenções de ISSQN sobre os serviços prestados;

IV – atribuições da qualidade de substituto tributário de ISSQN;

Fl Nº 004/2010
Processo 122/2010

§ 1º O disposto neste artigo, não se aplica na hipótese do contribuinte ser o tomador dos serviços;

§ 2º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, deverá o prestador apresentar ao tomador do serviço documento que comprove a sua condição de Microempreendedor Individual optante pelo SIMEI.

Artigo 7º O Microempreendedor Individual - MEI estará dispensado das seguintes obrigações acessórias:

I – emissão de nota fiscal de prestação de serviços para pessoas físicas, salvo no caso em que o tomador de serviços exigir;

II – declaração das notas fiscais de serviços emitidas;

III – declaração das notas de serviços tomados;

Parágrafo único O disposto neste artigo não dispensa o Microempreendedor Individual – MEI do cumprimento das obrigações acessórias previstas através das resoluções do Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN.

Artigo 8º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, três de dezembro de dois mil e dez.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
PREFEITA MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

APROVADO EM 1º DISCUSSÃO EM SESSÃO DE 13 / 12 / 2010
PRESIDENTE

LIDO EM SESSÃO DE 06 / 12 / 2010
PRESIDENTE

FI Nº 005/2010
Processo 122/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

JUSTIFICATIVA

SENHOR PRESIDENTE,
NOBRES VEREADORES.

Venho à presença de Vossas Excelências apresentar, para sua apreciação e aprovação, o presente Projeto de Lei Complementar que propõe a instituição e regulamentação, no Município da Estância Turística de Holambra, da figura do Microempreendor Individutal – MEI, criada através da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 128 de 19 de dezembro de 2008.

Conforme dispõe o §1º c.c. §4º do Art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 128/2008, o Microempreendedor Individual – MEI é o empreendedor individual cuja atividade conste daquelas que podem optar pelo Simples Nacional, que possui um único estabelecimento e até um empregado, que não participe de outra empresa como titular, sócio ou administrador e que aufere receita bruta anual de até R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

De acordo com a legislação federal, aproximadamente 300 (trezentos) tipos de ocupações são enquadrados no MEI, entre eles as de taxistas, sacoleiras, motoboys, costureiras, vendedores ambulantes, artesãos, manicures, borracheiros, gesseiros, eletricistas, chaveiros, salgadeiras, cabeleireiros, carpinteiros, confeiteiros, jardineiros, pipoqueiros etc..

Como é do conhecimento de Vossas Excelências, a principal vantagem da figura do Microempreendedor Individual (MEI) é tirar da informalidade e regularizar as microempresas de menor porte, o que vem sendo objeto de clamor dos munícipes de Holambra.

Com efeito, no âmbito municipal, para que o profissional possa ser enquadrado como Microempreendedor Individual **é necessária a aprovação do presente Projeto de Lei Complementar de adequação à nova figura jurídica**, pois, a falta de regulamentação pelo Município impossibilita, em parte, os efeitos práticos da Lei Complementar Federal nº 128/2008.

No caso, ainda que, no momento imediato, a adesão do Município ao Microempreendedor Individual (MEI) possa resultar em redução da arrecadação municipal de ISS (Imposto Sobre Serviços) para as 288 atividades

Fl Nº 006/2010
Processo 122/2010

que podem ser enquadradas nesta figura jurídica, inquestionáveis são os benefícios sociais e econômicos do MEI, a médio e longo prazo.

Deste modo, a Lei Complementar Federal nº 128/2008, que criou a figura do Microempreendedor Individual, para ter efeito pleno, precisa ser regulamentada no Município, que é o que propomos através do presente Projeto de Lei Complementar, sendo certo que se ignorarmos os benefícios da adesão do Município ao MEI estaremos, com certeza, seguindo na contra-mão do progresso social e econômico do país.

Assim, expostas as razões que nos compeliram a enviar o presente Projeto de Lei Complementar contamos com a certeza de que esta Colenda Casa de Leis dará o tratamento necessário ao projeto em pauta, levando em consideração o bem comum, que é o de priorizar e implementar o desenvolvimento do social e econômico de nossa cidade.

Sendo estes os motivos do presente, aproveito a oportunidade para renovar meus votos de estima elevada e consideração.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Fl Nº 007/2010
Processo 122/2010

DESPACHO

À Secretaria para datar, numerar e encaminhar para leitura e em seguida encaminhar para as Comissões.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 03 de dezembro de 2010.

ASTÉRIO PINTO FILHO
Vereador/Presidente

Fl Nº. 002/2010

Processo 122/2010

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802.1625
(19) 3802.1487

PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Em análise ao Projeto Lei Complementar nº 021/2010 de autoria da Sra. Prefeita Margareti Rose de Oliveira Groot, nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, assim se manifesta:

1) DO OBJETO:
O presente Projeto Lei Complementar nº 021/2010 tem por objeto o seguinte: "instituir no âmbito do Município da Estância Turística de Holambra, tratamento diferenciado e favorecido ao microempreendedor individual – MEI, para o licenciamento de atividades de baixo risco e dá outras providências."

2) DO RELATÓRIO:
O Nobre Vereador JOSÉ MARCOS DE SOUZA, Relator do parecer da respectiva Comissão apresenta a seguinte conclusão:

***a) da legalidade:** a proposição é legal, pois, segue a competência de iniciativa privada em conformidade com a LOM, artigo 40, combinado com o artigo 61 da Constituição Federal, sendo ainda, possibilitado ao Município, legislar sobre assuntos de seu interesse consoante prevê o inciso I, do artigo 30 da C.F.*
Pelos motivos acima, e por não haver nenhuma objeção, o parecer deste relator é favorável à proposição, em termos de legalidade, visto que o mesmo obedece todos os requisitos indispensáveis para a sua aprovação.
***b) da conveniência e oportunidade:** o Projeto de Lei é conveniente e oportuno pelos próprios termos e fundamentos da justificativa apresentada.*

3) DECISÃO DA COMISSÃO:
Em análise ao projeto apresentado, e em consonância com o relatório do Vereador Relator do Parecer, decide a Comissão competente, por EXARAR PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Complementar º 021/2010 e remeter ao Plenário desta Casa para a sua deliberação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 10 de dezembro de 2010.

MARIO LUIZ SITTA
Vereador/Presidente

APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA
Vereador/Vice-Presidente

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Membro

LIDO EM SESSÃO
DE
13 / 12 2010
PRESIDENTE

FI Nº 011/2010
Processo 122/2010

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802.1625
(19) 3802.1487

PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Em análise ao Projeto Lei Complementar nº 021/2010 de autoria da Sra. Prefeita Margareti Rose de Oliveira Groot, nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, assim se manifesta:

1) DO OBJETO:
O presente Projeto Lei Complementar nº 021/2010 tem por objeto o seguinte: "instituir no âmbito do Município da Estância Turística de Holambra, tratamento diferenciado e favorecido ao microempreendedor individual – MEI, para o licenciamento de atividades de baixo risco e dá outras providências."

2) DO RELATÓRIO:
O Nobre Vereador JOSÉ MARCOS DE SOUZA, Relator do parecer da respectiva Comissão apresenta a seguinte conclusão:

a) da legalidade: *a proposição é legal, pois, segue a competência de iniciativa privada em conformidade com a LOM, artigo 40, combinado com o artigo 61 da Constituição Federal, sendo ainda, possibilitado ao Município, legislar sobre assuntos de seu interesse consoante prevê o inciso I, do artigo 30 da C.F.*
Pelos motivos acima, e por não haver nenhuma objeção, o parecer deste relator é favorável à proposição, em termos de legalidade, visto que o mesmo obedece todos os requisitos indispensáveis para a sua aprovação.
b) da conveniência e oportunidade: *o Projeto de Lei é conveniente e oportuno pelos próprios termos e fundamentos da justificativa apresentada.*

3) DECISÃO DA COMISSÃO:
Em análise ao projeto apresentado, e em consonância com o relatório do Vereador Relator do Parecer, decide a Comissão competente, por EXARAR PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Complementar º 021/2010 e remeter ao Plenário desta Casa para a sua deliberação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 10 de dezembro de 2010.

MARIO LUIZ SITTA
Vereador/Presidente

APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA
Vereador/Vice-Presidente

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Membro

LIDO EM SESSÃO
DE
13 / 12 /2010
PRESIDENTE

Fl Nº 012/2010
Processo 122/2010

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802.1625
(19) 3802.1487

PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Em análise ao Projeto Lei Complementar nº 021/2010 de autoria da Sra. Prefeita Margareti Rose de Oliveira Groot, nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, assim se manifesta:

1) DO OBJETO:
O presente Projeto Lei Complementar nº 021/2010 tem por objeto o seguinte: "instituir no âmbito do Município da Estância Turística de Holambra, tratamento diferenciado e favorecido ao microempreendedor individual – MEI, para o licenciamento de atividades de baixo risco e dá outras providências."

2) DO RELATÓRIO:
O Nobre Vereador JOSÉ BENEDITO DE SOUZA, Relator do parecer, da respectiva Comissão apresenta a seguinte conclusão:

a) da legalidade: *a proposição é legal, pois, segue a competência de iniciativa privada em conformidade com a LOM, artigo 40, combinado com o artigo 61 da Constituição Federal, sendo ainda, possibilitado ao Município, legislar sobre assuntos de seu interesse consoante prevê o inciso I, do artigo 30 da C.F.*
Pelos motivos acima, e por não haver nenhuma objeção, o parecer deste relator é favorável à proposição, em termos de legalidade, visto que o mesmo obedece todos os requisitos indispensáveis para a sua aprovação.
b) da conveniência e oportunidade: *o Projeto de Lei é conveniente e oportuno pelos próprios termos e fundamentos da justificativa apresentada.*

3) DECISÃO DA COMISSÃO:
Em análise ao projeto apresentado, e em consonância com o relatório do Vereador Relator do Parecer, decide a Comissão competente, por EXARAR PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei Complementar nº 021/2010 e remeter ao Plenário desta Casa para a sua deliberação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 10 de dezembro de 2010.

ANDREZA ESPERANÇA
Vereadora/Presidente

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/Vice-Presidenta

JOSÉ BENEDITO DE SOUZA
Vereador/Membro

LIDO EM SESSÃO
DE
13 / 12 / 2010
PRESIDENTE

FL Nº 013 / 2010
122 / 2010
Processo

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802.1625
(19) 3802.1487

PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Em análise ao Projeto Lei Complementar nº 021/2010 de autoria da Sra. Prefeita Margareti Rose de Oliveira Groot, nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, assim se manifesta:

1) DO OBJETO:
O presente Projeto Lei Complementar nº 021/2010 tem por objeto o seguinte: "instituir no âmbito do Município da Estância Turística de Holambra, tratamento diferenciado e favorecido ao microempreendedor individual – MEI, para o licenciamento de atividades de baixo risco e dá outras providências."

2) DO RELATÓRIO:
O Nobre Vereador JOSÉ BENEDITO DE SOUZA, Relator do parecer, da respectiva Comissão apresenta a seguinte conclusão:

a) da legalidade: *a proposição é legal, pois, segue a competência de iniciativa privada em conformidade com a LOM, artigo 40, combinado com o artigo 61 da Constituição Federal, sendo ainda, possibilitado ao Município, legislar sobre assuntos de seu interesse consoante prevê o inciso I, do artigo 30 da C.F.*
Pelos motivos acima, e por não haver nenhuma objeção, o parecer deste relator é favorável à proposição, em termos de legalidade, visto que o mesmo obedece todos os requisitos indispensáveis para a sua aprovação.
b) da conveniência e oportunidade: *o Projeto de Lei é conveniente e oportuno pelos próprios termos e fundamentos da justificativa apresentada.*

3) DECISÃO DA COMISSÃO:
Em análise ao projeto apresentado, e em consonância com o relatório do Vereador Relator do Parecer, decide a Comissão competente, por EXARAR PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei Complementar nº 021/2010 e remeter ao Plenário desta Casa para a sua deliberação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 10 de dezembro de 2010.

ANDREZA ESPERANÇA
Vereadora/Presidente

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/Vice-Presidenta

JOSÉ BENEDITO DE SOUZA
Vereador/Membro

LIDO EM SESSÃO
DE
13 / 12 / 2010
PRESIDENTE

FL Nº 014/2010
Processo 122/2010

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802.1625
(19) 3802.1487

PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURISMO, PLANEJAMENTO, USO E OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO.

Em análise ao Projeto Lei Complementar nº 021/2010 de autoria da Sra. Prefeita Margareti Rose de Oliveira Groot, nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, assim se manifesta:

1) DO OBJETO:
O presente Projeto Lei Complementar nº 021/2010 tem por objeto o seguinte: "instituir no âmbito do Município da Estância Turística de Holambra, tratamento diferenciado e favorecido ao microempreendedor individual – MEI, para o licenciamento de atividades de baixo risco e dá outras providências."

2) DO RELATÓRIO:
O Nobre Vereador JOSÉ BENEDITO DE SOUZA, Relator do parecer da respectiva Comissão apresentam a seguinte conclusão:

a) da legalidade: *a proposição é legal, pois, segue a competência de iniciativa privada em conformidade com a LOM, artigo 40, combinado com o artigo 61 da Constituição Federal, sendo ainda, possibilitado ao Município, legislar sobre assuntos de seu interesse consoante prevê o inciso I, do artigo 30 da C.F.*
Pelos motivos acima, e por não haver nenhuma objeção, o parecer deste relator é favorável à proposição, em termos de legalidade, visto que o mesmo obedece todos os requisitos indispensáveis para a sua aprovação.

b) da conveniência e oportunidade: *o Projeto de Lei é conveniente e oportuno pelos próprios termos e fundamentos da justificativa apresentada.*

3) DECISÃO DA COMISSÃO:
Em análise ao projeto apresentado, e em consonância com o relatório do Vereador Relator do Parecer, decide a Comissão competente, por EXARAR PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei Complementar nº 021/2010 e remeter ao Plenário desta Casa para a sua deliberação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 10 de dezembro de 2010.

WILSON BARBOSA
Vereador/Presidente

DONIZETTI FERNANDES ALMEIDA
Vereador/Vice-Presidente

JOSÉ BENEDITO DE SOUZA
Vereador/Secretário

LIDO EM SESSÃO
DE
13 / 12 / 2010
PRESIDENTE

Fl Nº 015/2010
Processo 122/2010

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802.1625
(19) 3802.1487

PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURISMO, PLANEJAMENTO, USO E OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO.

Em análise ao Projeto Lei Complementar nº 021/2010 de autoria da Sra. Prefeita Margareti Rose de Oliveira Groot, nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, assim se manifesta:

1) DO OBJETO:
O presente Projeto Lei Complementar nº 021/2010 tem por objeto o seguinte: "instituir no âmbito do Município da Estância Turística de Holambra, tratamento diferenciado e favorecido ao microempreendedor individual – MEI, para o licenciamento de atividades de baixo risco e dá outras providências."

2) DO RELATÓRIO:
O Nobre Vereador JOSÉ BENEDITO DE SOUZA, Relator do parecer da respectiva Comissão apresentam a seguinte conclusão:

a) da legalidade: *a proposição é legal, pois, segue a competência de iniciativa privada em conformidade com a LOM, artigo 40, combinado com o artigo 61 da Constituição Federal, sendo ainda, possibilitado ao Município, legislar sobre assuntos de seu interesse consoante prevê o inciso I, do artigo 30 da C.F.*
Pelos motivos acima, e por não haver nenhuma objeção, o parecer deste relator é favorável à proposição, em termos de legalidade, visto que o mesmo obedece todos os requisitos indispensáveis para a sua aprovação.

b) da conveniência e oportunidade: *o Projeto de Lei é conveniente e oportuno pelos próprios termos e fundamentos da justificativa apresentada.*

3) DECISÃO DA COMISSÃO:
Em análise ao projeto apresentado, e em consonância com o relatório do Vereador Relator do Parecer, decide a Comissão competente, por EXARAR PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei Complementar nº 021/2010 e remeter ao Plenário desta Casa para a sua deliberação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 10 de dezembro de 2010.

WILSON BARBOSA
Vereador/Presidente

DONIZETTI FERNANDES ALMEIDA
Vereador/Vice-Presidente

JOSÉ BENEDITO DE SOUZA
Vereador/Secretário

LIDO EM SESSÃO
13 / 12 / 2010
PRESIDENTE

Fl Nº 016/2010
Processo 122/2010

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802.1625
(19) 3802.1487

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA ESPECIAL Nº. 022 /2010

REQUER URGÊNCIA ESPECIAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 021/2010.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Requeremos à Mesa, ouvido o douto Plenário na forma regimental, para que o Projeto de Lei Complementar nº. 021/2010 tramite em regime de urgência especial, conforme artigos 191 e 194 do Regimento Interno.

Fl Nº
Proc

Fl Nº 017/2010
Processo 122/2010

JUSTIFICATIVA

Tramita por esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei Complementar nº. 021/2010 que "Institui, no âmbito da Estância Turística de Holambra, tratamento diferenciado e favorecido ao microempreendedor individual – MEI, para o licenciamento de atividades de baixo risco e dá outras providências."

O projeto mencionado visa tirar da informalidade ocupações enquadradas no MEI e regularizar as microempresas de menor porte, dando melhores condições para os empreendedores individuais e implementando o desenvolvimento social e econômico de nossa cidade.

Ocorre que, se o mesmo não tramitar em regime de urgência, e se não for imediatamente deliberado, estará prejudicado em seus objetivos, pois seu objeto é de extrema importância para os munícipes, que aguardam a regulamentação da Lei para que possam regularizar suas atividades.

Desta forma, requeremos imediata deliberação em Ordem do Dia para que se tenha uma única votação.

Sala das Sessões "Vereador Aparício de Almeida", 13 de dezembro de 2010.

Vereadores: _____

José Bonza

_____

_____

Fl Nº 017/2010
Processo 122/2010

SESSÃO
13/12/2010
PRESIDENTE

APROVADO
FAVORÁVEIS 08
CONTRÁRIOS 00
ABSTENÇÕES 00
13/12/2010
PRESIDENTE

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802.1625
(19) 3802.1487

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA ESPECIAL Nº. 022/2010

REQUER URGÊNCIA ESPECIAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 021/2010.

Fl Nº _____

Processo _____

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Requeremos à Mesa, ouvido o douto Plenário na forma regimental, para que o Projeto de Lei Complementar nº. 021/2010 tramite em regime de urgência especial, conforme artigos 191 e 194 do Regimento Interno.

Fl Nº 018/2010
Processo 122/2010

JUSTIFICATIVA

Tramita por esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei Complementar nº. 021/2010 que "Institui, no âmbito da Estância Turística de Holambra, tratamento diferenciado e favorecido ao microempreendedor individual – MEI, para o licenciamento de atividades de baixo risco e dá outras providências."

O projeto mencionado visa tirar da informalidade ocupações enquadradas no MEI e regularizar as microempresas de menor porte, dando melhores condições para os empreendedores individuais e implementando o desenvolvimento social e econômico de nossa cidade.

Ocorre que, se o mesmo não tramitar em regime de urgência, e se não for imediatamente deliberado, estará prejudicado em seus objetivos, pois seu objeto é de extrema importância para os munícipes, que aguardam a regulamentação da Lei para que possam regularizar suas atividades.

Desta forma, requeremos imediata deliberação em Ordem do Dia para que se tenha uma única votação.

Sala das Sessões "Vereador Aparício de Almeida", 13 de dezembro de 2010.

Vereadores: _____

_____

_____

LIDO EM SESSÃO DE 13/12/2010
PRESIDENTE

APROVADO
FAVORÁVEIS 08
CONTRÁRIOS -0-
ABSTENÇÕES -0-
13/12/2010
PRESIDENTE

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802.1625
(19) 3802.1487

PARECER DO RELATOR ESPECIAL

Analisando o Projeto Lei Complementar nº 021/2010, de autoria da Sra. Prefeita Margareti Rose de Oliveira Groot, nos termos do artigo 194 do Regimento Interno, manifesto:

1) DO OBJETO:

O presente Projeto de Lei Complementar nº 021/2010 tem por objetivo "instituir, no âmbito da Estância Turística de Holambra, tratamento diferenciado e favorecido ao microempreendedor individual – MEI, para o licenciamento de atividades de baixo risco e dá outras providências"

2) DO RELATÓRIO:

Eu, Relator Especial designado pelo Presidente desta Casa de Leis, apresento a seguinte conclusão:

I - da legalidade: *a proposição é legal, pois, segue a competência de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, em conformidade ao artigo 40 da Lei Orgânica, artigo 131 e artigo 61, § 1º, alínea "b" da Constituição Federal, estando, portanto, o projeto em termos de legalidade.*

Pelos motivos acima, e por não haver nenhuma objeção, o meu parecer é favorável à proposição, em termos de legalidade, visto que o mesmo obedece todos os requisitos indispensáveis para a sua aprovação.

II - da conveniência e oportunidade: *a proposição é conveniente e oportuna pelos próprios termos e fundamentos da justificativa apresentada no Projeto de Lei Complementar nº 021/2010.*

3) DECISÃO DO RELATOR ESPECIAL:

Em análise ao projeto apresentado, VENHO EXARAR PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei Complementar nº. 021/2010, e remeter ao Plenário desta Casa para a sua deliberação.

Sala das Sessões "Vereador Aparício de Almeida", 13 de dezembro de 2010.

Vereador

Relator Especial

LIDO EM SE... DE 13/12/2010 PRESIDE...

FI Nº 019/2010
Processo 122/2010

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802.1625
(19) 3802.1487

PARECER DO RELATOR ESPECIAL

Analisando o Projeto Lei Complementar nº 021/2010, de autoria da Sra. Prefeita Margareti Rose de Oliveira Groot, nos termos do artigo 194 do Regimento Interno, manifesto:

1) DO OBJETO:

O presente Projeto de Lei Complementar nº 021/2010 tem por objetivo "instituir, no âmbito da Estância Turística de Holambra, tratamento diferenciado e favorecido ao microempreendedor individual – MEI, para o licenciamento de atividades de baixo risco e dá outras providências"

2) DO RELATÓRIO:

Eu, Relator Especial designado pelo Presidente desta Casa de Leis, apresento a seguinte conclusão:

I - da legalidade: *a proposição é legal, pois, segue a competência de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, em conformidade ao artigo 40 da Lei Orgânica, artigo 131 e artigo 61, § 1º, alínea "b" da Constituição Federal, estando, portanto, o projeto em termos de legalidade.*

Pelos motivos acima, e por não haver nenhuma objeção, o meu parecer é favorável à proposição, em termos de legalidade, visto que o mesmo obedece todos os requisitos indispensáveis para a sua aprovação.

II - da conveniência e oportunidade: *a proposição é conveniente e oportuna pelos próprios termos e fundamentos da justificativa apresentada no Projeto de Lei Complementar nº 021/2010.*

3) DECISÃO DO RELATOR ESPECIAL:

Em análise ao projeto apresentado, VENHO EXARAR PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei Complementar nº. 021/2010, e remeter ao Plenário desta Casa para a sua deliberação.

Sala das Sessões "Vereador Aparício de Almeida", 13 de dezembro de 2010.

Vereador _____
Relator Especial

EM SESSÃO DE 13 / 12 / 2010
PRESIDENTE

Fl Nº 020/2010
Processo 122/2010

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802.1625
(19) 3802.1487

ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
31ª SESSÃO ORDINÁRIA

DATA: *13/12/2010, ÀS 19 HORAS*

PROPOSITURA*: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 021/2010.*

ASSUNTO: *INSTITUI NO ÂMBITO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, PARA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADE DE BAIXO RISCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

NOME	SIM/NÃO	ASSINATURA	AUSÊNCIA JUSTIFICATIVA
ANDREZA ESPERANÇA	S		
APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA	S		
ASTÉRIO PINTO FILHO	–		
DONIZETTI FERNANDES DE ALMEIDA	S		
JOSÉ BENEDITO DE SOUZA	S		
JOSÉ MARCOS DE SOUZA	S		
MARIO LUIZ SITTA	S		
NAIARA REGITANO HENDRIKX	S		
WILSON BARBOSA	S		

VOTOS FAVORÁVEIS: 08

VOTOS CONTRÁRIOS: 00

ABSTENÇÕES: 00

AUSÊNCIAS: 00

RESULTADOS: Aprovado

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/1ª Secretária

Fl Nº 021/2010
Processo 122/2010

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802.1625
(19) 3802.1487

ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
31ª SESSÃO ORDINÁRIA

DATA: *13/12/2010, ÀS 19 HORAS*

PROPOSITURA*: REQUERIMENTO DE URGÊNCIA ESPECIAL Nº. 022/2010*

ASSUNTO: *REQUER A URGÊNCIA ESPECIAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 021/2010*

NOME	*SIM/NÃO*	*ASSINATURA*	*AUSÊNCIA JUSTIFICATIVA*
ANDREZA ESPERANÇA	S		
APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA	S		
ASTÉRIO PINTO FILHO	–		
DONIZETTI FERNANDES DE ALMEIDA	S		
JOSÉ BENEDITO DE SOUZA	S		
JOSÉ MARCOS DE SOUZA	S		
MARIO LUIZ SITTA	S		
NAIARA REGITANO HENDRIKX	S		
WILSON BARBOSA	S		

VOTOS FAVORÁVEIS: 08

VOTOS CONTRÁRIOS: 00

ABSTENÇÕES: 00

AUSÊNCIAS: 00

RESULTADOS: aprovado

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/1ª Secretária

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra S.P.

Fl Nº 022/2010
Processo 122/2010

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802.1625
(19) 3802.1487

Ofício nº. 103/2010

Estância Turística de Holambra, 16 de dezembro de 2010.

Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal,

Tem este a finalidade de encaminhar a Vossa Excelência, ***Autógrafo nº. 031/2010 ao Projeto de Lei Complementar nº. 021/2010,*** *o qual foi apresentado e aprovado em Sessão Ordinária, realizada em 13 de dezembro de 2010, nesta Casa de Leis.*

Firmamo-nos nosso apreço e consideração.

Atenciosamente.

ASTÉRIO PINTO FILHO
Vereador/Presidente

A Sua Excelência a Senhora,
MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeitura Municipal
Estância Turística de Holambra

Fl Nº 023/2010
Processo 122/2010

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802.1625
(19) 3802.1487

AUTÓGRAFO Nº031/2010
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 021/ 2010

INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, PARA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DE BAIXO RISCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística se Holambra aprovou, e eu, MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal, sanciona e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º - O Microempreendedor Individual – MEI, definido na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº. 128 de 19 de dezembro de 2008, constituida a partir de 01 de julho de 2009 e optante do Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional (SIMEI), deverá informar tal condição na declaração cadastral municipal.

Artigo 2º - O Microempreendedor Individual – MEI, após cumpridas as formalidades legais de registro, deverá comparecer à Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, para análise quanto à compatibilidade da atividade no local pretendido.

Artigo 3º - Exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto e havendo compatibilidade da atividade no local pretendido, será concedido Alvará de Funcionamento Provisório para o Microempreendedor Individual – MEI.

§ 1º - Exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto, as vistorias para emissão de licenças e autorizações de funcionamento somente ocorrerão após o início da operação do estabelecimento, quando a atividade, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

§ 2º - São consideradas de alto grau risco, todas as atividades econômicas exercidas no âmbito do Microempreendedor Individual – MEI, relativas à fabricação, comercialização, manipulação continua e/ou armazenagem de:

I – produtos explosivos;
II – gases;

Fl Nº 024/2010
Processo 122/2010

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S P

Cont.Autógrafo nº031/2010 ao PLC nº021/2010

III – substâncias sujeitas à combustão espontânea ou que emita gases inflamáveis em contato com a água;

IV – líquidos altamente inflamáveis;

V – substâncias altamente oxidantes, corrosivas, tóxicas e/ou infectantes; e

VI – materiais radioativos.

§ 3º - Não havendo compatibilidade da atividade no local pretendido a Prefeitura de Holambra deverá:

I – notificar o interessado; e

II – comunicar a decisão à Junta Comercial, devendo informar o NIRE (Núcleo de Identificação do Registro da Empresa) do Microempreendedor Individual, a que se refere o cancelamento, sobre o motivo correspondente e a data da liberação.

Artigo 4º - O Microempreendedor Individual – MEI não ficará sujeito ao pagamento de valores, a qualquer título, referentes a qualquer ato de inscrição e início de funcionamento.

Artigo 5º - O imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, do Microempreendedor Individual - MEI, será recolhido mensalmente em valores fixos de R$ 5,00 (cinco reais), através de documento de arrecadação da Receita Federal do Brasil, de acordo com o disposto da Lei Complementar Federal nº123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº. 128 de 19 de dezembro de 2008.

Artigo 6º - Na vigência da opção Microempreendedor Individual – MEI que opta pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional – SIMEI, não será aplicado:

I – valores estimados de ISSQN fixados pela Fazenda Pública Municipal;

II – descontos, ou reduções ou isenções previstas pela legislação municipal;

III – retenções de ISSQN sobre serviços prestados;

IV – atribuições da qualidade de substituto tributário de ISSQN.

Fl Nº 025/2010
Processo 122/2010

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra · S P

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802.1625
(19) 3802.1487

Cont.Autógrafo nº031/2010 ao PLC nº021/2010

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/1ª Secretária

MARIO LUIZ SITTA
Vereador/2º Secretário

Publicado por afixação na Portaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

ANDREIA PEREIRA CAMPANHA
Chefe de Expediente e Secretaria

Fl Nº 027/2010
Processo 122/2010

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S P

Cont.Autógrafo nº031/2010 ao PLC nº021/2010

§ 1º - O disposto neste artigo, não se aplica na hipótese do contribuinte ser o tomador dos serviços;

§ 2º - Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, deverá o prestador apresentar ao tomador do serviço documento que comprove a sua condição de Microempreendedor Individual optante pelo SIMEI.

Artigo 7º - O Microempreendedor Individual – MEI estará dispensado das seguintes obrigações acessórias:

I – emissão de nota fiscal de prestação de serviços para pessoas físicas, salvo no caso em que o tomador de serviço exigir;

II – declaração de notas fiscais de serviços emitidas;

III – declaração de notas de serviços tomados.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não dispensa o Microempreendedor Individual – MEI do cumprimento das obrigações acessórias previstas através das resoluções do Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN.

Artigo 8º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 14 de dezembro de 2010.

ASTÉRIO PINTO FILHO
Vereador/Presidente

ANDREZA ESPERANÇA
Vereadora/Vice-Presidente

FI Nº 026/2010
Processo 122/2010

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S P

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
CNPJ 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

Ofício GPM n° 303/2010

Holambra, 22 de Dezembro de 2010.

ILMO. SR.
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
VEREADOR ASTÉRIO PINTO FILHO

Com meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para encaminhar, inclusa ao presente ofício, a **LEI COMPLEMENTAR Nº 219 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010** que "INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, PARA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DE BAIXO RISCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", devidamente sancionada e promulgada.

Sendo o que tinha a tinha para o momento, aproveito para apresentar meus votos de estima e consideração.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Câmara Municipal de Holambra
Número de Protocolo 01625/2011
Data: 03/01/2011 Hora: 13:49:00
Procedência: PODER EXECUTIVO
Assunto: ENCAMINHA LEI COMPLEMENTAR Nº.219/2010.

Ao
Exmo. Sr.
Vereador ASTÉRIO PINTO
Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Fl Nº 028/2010
122/2010
Processo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

LEI COMPLEMENTAR Nº 219 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, PARA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DE BAIXO RISCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT**, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º O Microempreendedor Individual – MEI, definido na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 128, de 19 de dezembro de 2008, constituído a partir de 01 de julho de 2009 e optante do Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional (SIMEI), deverá informar tal condição na declaração cadastral municipal.

Artigo 2º O Microempreendedor Individual – MEI, após cumpridas as formalidades legais de registro, deverá comparecer á Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, para análise quanto à compatibilidade da atividade no local pretendido.

Artigo 3º Exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto e havendo compatibilidade da atividade no local pretendido, será concedido Alvará de Funcionamento Provisório para o Microempreendedor Individual – MEI.

§1º Exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto, as vistorias para emissão de licenças e autorizações de funcionamento somente ocorrerão após o início da operação do

Fl Nº 029/2010
Processo 122/2010

estabelecimento, quando a atividade, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

§2° São consideradas de alto grau de risco, todas as atividades econômicas exercidas no âmbito do Microempreendedor Individual - MEI, relativas à fabricação, comercialização, manipulação contínua e/ou armazenagem de:

I - produtos explosivos;

II - gases;

III - substâncias sujeitas à combustão espontânea ou que emita gases inflamáveis em contato com a água;

IV - líquidos altamente inflamáveis;

V - substâncias altamente oxidantes, corrosivas, tóxicas e/ou infectantes; e

VI - materiais radioativos.

§3° Não havendo a compatibilidade da atividade no local pretendido, a Prefeitura de Holambra deverá:

I - notificar o interessado; e

II - comunicar a decisão à Junta Comercial, devendo informar o NIRE (Núcleo de Identificação do Registro da Empresa) do Microempreendedor Individual, a que se refere o cancelamento, sobre o motivo correspondente e a data da deliberação.

Artigo 4° O Microempreendedor Individual - MEI não ficará sujeito ao pagamento de valores, a qualquer título, referentes a qualquer ato de inscrição e início de funcionamento.

Artigo 5° O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN do Microempreendedor Individual - MEI, será recolhido mensalmente

Fl Nº 030/2010
Processo 122/2010

em valores fixos de R$ 5,00 (cinco reais), através de documento de arrecadação da Receita Federal do Brasil, de acordo com o disposto na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008.

Artigo 6º Na vigência da opção Microempreendedor Individual - ME que opta pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional - SIMEI, não lhe será aplicado:

I - valores estimados de ISSQN fixados pela Fazenda Pública Municipal;

II - descontos, reduções ou isenções previstas pela legislação municipal;

III - retenções de ISSQN sobre os serviços prestados;

IV - atribuições da qualidade de substituto tributário de ISSQN;

§ 1º O disposto neste artigo, não se aplica na hipótese do contribuinte ser o tomador dos serviços;

§ 2º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, deverá o prestador apresentar ao tomador do serviço documento que comprove a sua condição de Microempreendedor Individual optante pelo SIMEI.

Artigo 7º O Microempreendedor Individual - MEI estará dispensado das seguintes obrigações acessórias:

I - emissão de nota fiscal de prestação de serviços para pessoas físicas, salvo no caso em que o tomador de serviços exigir;

II - declaração das notas fiscais de serviços emitidas;

III - declaração das notas de serviços tomados;

Fl Nº 031/2010
Processo 122/2010

Parágrafo único O disposto neste artigo não dispensa o Microempreendedor Individual - MEI do cumprimento das obrigações acessórias previstas através das resoluções do Comitê Gestor do Simples Nacional - CGSN.

Artigo 8° Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, vinte de dezembro de dois mil e dez.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
PREFEITA MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

Fl Nº 032/2010
Processo 122/2010

Palestra: MEI - Microempreendedor Individual

Central de Atendimento SEBRAE-SP: 0800 570 0800
www.sebraesp.com.br

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Pessoa física que trabalhe por conta própria de forma individual e se dedique às atividades de comércio, indústria ou serviços e fature até 36 mil reais por ano. Exemplos: mecânicos, feirantes, artesãos, eletricistas, doceiras, pipoqueiros, costureiras etc...
Estão fora deste conceito, conforme a Lei Complementar 128/08, as profissões regulamentadas de caráter técnico, cientifico ou literário como advogados, médicos e engenheiros.

TRIBUTAÇÃO DO MEI

INSS – Previdência: R$ 56,10
ICMS – Indústria e Comercio: R$ 1,00
ISS – Serviços: R$ 5,00

Valores fixos mensais

Dispensado de escrituração fiscal e contábil, o MEI comprovará a receita, mediante registro de vendas/serviços.

Ao adquirir mercadorias e contratar serviços, o MEI deverá exigir Nota Fiscal para comprovar a procedência. O MEI está dispensado de emitir nota fiscal para pessoas físicas, mas o documento fiscal é exigido nos negócios que praticar com as pessoas jurídicas, conforme LC 128/08 e regulamentação estadual.

CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIO:

O MEI poderá contratar um único empregado que receba exclusivamente (um) salário mínimo (ver regional) ou o piso salarial da categoria profissional. O que for mais alto.

Nesse caso, ele deverá:

a) recolher, em Guia da Previdência Social (GPS), a cota patronal previdenciária de 3% juntamente com a cota do empregado de 8%, totalizando 11% sobre a remuneração;

b) preencher e entregar a Guia de Recolhimento do FGTS (GFIP) depositando a respectiva cota do empregado.

PRINCIPAIS BENEFÍCIOS DO REGISTRO COMO MEI

A) Acesso a serviços bancários, incluindo crédito;
B) Desempenhar a atividade de forma legal, sabendo que não sofrerá ações do Estado;
C) Formalização simplificada e sem maiores burocracias;
D) Baixo custo da formalização em valores mensais fixos

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS:

1- Aposentadoria por idade: Mulher aos 60 anos e homem aos 65. É necessário contribuir com pelo menos 180 contribuições mensais e a renda é de um salário mínimo;
2- Aposentadoria por invalidez: 12 contribuições mensais;
3- Auxílio doença: 12 contribuições mensais;
4- Salário maternidade (mulher): São necessárias 10 contribuições mensais;
5- Auxílio reclusão e pensão por morte: A partir da primeira contribuição.

REGULARIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO DO MEI

Consultar a Prefeitura sobre a possibilidade de exercer a atividade na local pretendido (bairro, casa ou rua), especialmente a legislação sanitária, ambiental, etc.
Fazer a inscrição no portal:
www.portaldoempreendedor.gov.br.

Em regra, o empreendedor individual não poderá realizar cessão ou locação de mão-de-obra. Isso significa que o benefício fiscal criado pela LC 128/2008 é destinado ao empreendedor, e não à empresa que o contrata.

Anualmente deverá fazer uma Declaração do faturamento, também pela Internet e nada mais. Essa declaração deverá ser feita até o último dia do mês de Janeiro de cada ano.

Através de um documento chamado DAS que é gerado pela Internet no endereço www.portaldodempreendedor.gov.br, fará o recolhimento dos impostos e o pagamento será feito na rede bancária e casas lotéricas, até o dia 20 de cada mês.

Fl Nº 009/2010
Processo 122/2010

VEDAÇÕES AO INGRESSO COMO MEI:

a) Atividades dos anexos IV ou V, salvo autorização do Comitê Gestor;
b) Não ter filiais;
c) Que participe de outra empresa como titular, sócio ou administrador;
d) Que possua mais de um estabelecimento;
e) Que contrate empregado, salvo se for apenas 01 que receba 01 salário mínimo ou o piso da categoria;
f) MEI que exerce atividade na condição de empregado.

RELATÓRIO MENSAL DAS RECEITAS BRUTAS	
CNPJ:	
Empreendedor individual:	
Período de apuração:	
RECEITA BRUTA MENSAL - REVENDA DE MERCADORIAS (COMÉRCIO)	
I - Revenda de mercadorias com dispensa de emissão de documento fiscal	R$
II - Revenda de mercadorias com documento fiscal emitido	R$
III - Total das receitas com revenda de mercadorias (I + II)	R$
RECEITA BRUTA MENSAL - VENDA DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (INDÚSTRIA)	
IV - Venda de produtos industrializados com dispensa de emissão de documento fiscal	R$
V - Venda de produtos industrializados com documento fiscal emitido	R$
VI - Total das receitas com venda de produtos industrializados (IV + V)	R$
RECEITA BRUTA MENSAL - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
VII - Receita com prestação de serviços com dispensa de emissão de documento fiscal	R$
VIII - Receita com prestação de serviços com documento fiscal emitido	R$
IX - Total das receitas com prestação de serviços (VII + VIII)	R$
X - Total geral das receitas brutas no mês (III + VI + IX)	R$
LOCAL E DATA:	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO:
ENCONTRAM-SE ANEXADOS A ESTE RELATÓRIO: - Os documentos fiscais comprobatórios das entradas de mercadorias e serviços tomados referentes ao período; - As notas fiscais relativas às operações ou prestações realizadas eventualmente emitidas.	

Fl Nº 01 / 2010
Processo 122 / 2010

MEI

Palestra: MEI - Microempreendedor Individual

Central de Atendimento SEBRAE-SP: 0800 570 0800

www.sebraesp.com.br

SEBRAE SP

OCUPAÇÕES TÍPICAS DO
Microempreendedor Individual (MEI):

A

Acabador de calçados, Açougueiro, Adestrador de animais, Adestrador de cães de guarda, Agenciador de espaços publicitários, Agenciador de máquinas acionadas por moedas, Agente de correio franqueado, Agente de viagens, Agente funerário, Agente matrimonial, Alfaiate, Alinhador de pneus, Amolador de artigos de cutelaria, Animador de festas, Antiquário, Aplicador agrícola, Apurador (coletor e fornecedor de recortes de matérias publicadas em jornais e revistas), Armador de ferragens na construção civil, Arquivista de documentos, Artesão de bijuterias, Artesão em borracha, Artesão em cerâmica, Artesão em cortiça, bambu e afins, Artesão em couro, Artesão em gesso, Artesão em louças, vidro e cristal, Artesão em madeira, Artesão em mármore, Artesão em materiais diversos, Artesão em metais, Artesão em metais preciosos, Artesão em papel, Artesão em plástico, Artesão em vidro, Astrólogo, Azulejista,

B

Balanceador de pneus, Baleiro, Banhista de animais domésticos, Barbeiro, Barqueiro, Barraqueiro, Bikeboy (ciclista mensageiro), Boiadeiro/vaqueiro, Bolacheiro/Biscoiteiro, Bombeiro hidráulico, Boneleiro (fabricante de bonés), Bordadeira, Borracheiro, Britador,

C

Cabeleireiro, Caçador, Calafetador, Caminhoneiro de cargas não perigosas, Cantor/Músico independente, Capoteiro, Carpinteiro, Carpinteiro instalador, Carregador (veículos de transportes terrestres), Carregador de malas, Carroceiro, Cartazeiro, Chapeleiro, Chaveiro,

DICA: Facilidade de obtenção de cré[illegible]bancário.

Chocolateiro, Churrasqueiro ambulante, Churrasqueiro em domicílio, Clicherista, Cobrador de dívidas, Colchoeiro, Coletor de resíduos perigosos, Colhedor de castanha-do-pará, Colhedor de palmito, Colhedor de produtos não madeireiros, Colocador de piercing, Colocador de revestimentos, Comerciante de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação, Comerciante de artigos de armarinho, Comerciante de artigos de caça, pesca e camping, Comerciante de artigos de cama, mesa e banho, Comerciante de artigos de colchoaria, Comerciante de artigos de cutelaria, Comerciante de artigos de iluminação, Comerciante de artigos de joalheria, Comerciante de artigos de óptica, Comerciante de artigos de relojoaria, Comerciante de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas, Comerciante de artigos de viagem, Comerciante de artigos do vestuário e acessórios, Comerciante de artigos eróticos, Comerciante de artigos esportivos, Comerciante de artigos fotográficos e para filmagem, Comerciante de artigos funerários, Comerciante de artigos médicos e ortopédicos, Comerciante de artigos para habitação, Comerciante de artigos usados, Comerciante de bebidas, Comerciante de bicicletas e triciclos; peças e acessórios, Comerciante de bijuterias e artesanatos, Comerciante de brinquedos e artigos recreativos, Comerciante de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas, Comerciante de calçados, Comerciante de cosméticos e artigos de perfumaria, Comerciante de discos, CDs, DVDs e fitas, Comerciante de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo, Comerciante de embalagens, Comerciante de equipamentos de telefonia e comunicação, Comerciante de equipamentos e suprimentos de informática, Comerciante de equipamentos para escritório, Comerciante de extintores de incêndio, Comerciante de ferragens e ferramentas, Comerciante de flores, plantas e frutas artificiais, Comerciante de fogos de artifício, Comerciante de gás liqüefeito de petróleo (GLP), Comerciante de instrumentos musicais e acessórios, Comerciante de laticínios, Comerciante de lubrificantes, Comerciante de madeira e artefatos, Comerciante de materiais de construção em geral, Comerciante de

DICA: Alvará provisóri[illegible]e licença de funcionamento.

materiais hidráulicos, Comerciante de material elétrico, Comerciante de medicamentos veterinários, Comerciante de miudezas e quinquilharias, Comerciante de móveis, Comerciante de objetos de arte, Comerciante de peças e acessórios novos para veículos automotores, Comerciante de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, Comerciante de peças e acessórios para motocicletas e motonetas, Comerciante de peças e acessórios usados para veículos automotores, Comerciante de perucas, Comerciante de plantas e flores naturais, Comerciante de pneumáticos e câmaras-de-ar, Comerciante de produtos de limpeza, inseticidas, raticidas e produtos para piscinas, Comerciante de produtos de panificação, Comerciante de produtos de tabacaria, Comerciante de produtos farmacêuticos homeopáticos, Comerciante de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas, Comerciante de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas, Comerciante de produtos para festas e natal, Comerciante de produtos religiosos, Comerciante de redes para dormir, Comerciante de sistema de segurança residencial, Comerciante de tecidos, Comerciante de tintas e materiais para pintura, Comerciante de toldos e papel de parede, Comerciante de vidros, Compoteiro, Concreteiro, Confeccionador de carimbos, Confeccionador de fraldas descartáveis, Confeiteiro, Contador/técnico contábil, Costureira, Criador de animais domésticos, Criador de peixes ornamentais em água doce, Criador de peixes ornamentais em água salgada, Crocheteira, Cuidador de idosos e enfermos, Cunhador de moedas e medalhas, Curtidor de couro,

D E

Dedetizador, Depiladora, Digitador, Distribuidor de água potável em caminhão pipa, Doceira, Editor de jornais, Editor de lista de dados e de outras informações, Editor de livros, Editor de revistas, Eletricista de automóveis, Eletricista em residências e estabelecimentos comerciais, Encadernador/Plastificador, Encanador, Engraxate, Entregador de malotes,

DICA: Resgate da cidad[illegible]a e da dignidade.

requeridos em função da atividade exercida.

Durante a inscrição no portal, o **MEI** que exercer atividade de baixo risco deverá manifestar eletronicamente sua concordância ao Termo de Ciência e Responsabilidade, isto é, declara que conhece e atende os requisitos legais exigidos pelo Estado e Município para emissão do Alvará de Licença de Funcionamento Provisório, com prazo de 180 dias de validade. O não atendimento dos requisitos legais acarretará o cancelamento do Alvará Provisório e de sua inscrição como **MEI**.

O Município poderá conceder Alvará de Funcionamento Provisório para o **MEI** nos seguintes casos:

I - instalado em áreas desprovidas de regulação fundiária legal ou com regulamentação precária;

II - em residência do **MEI**, na hipótese em que a atividade não gere grande circulação de pessoas.

Portanto, antes de proceder ao registro, consulte o município para saber se naquele endereço residencial pode ser instalado um negócio, lembrando que o bem estar coletivo se sobrepõe ao interesse individual. Atividades barulhentas ou com grande circulação de pessoas, dificilmente poderão ser exercidas em residências.

DICA: Pode [illegible]mprovar renda legal e financiar compras.

Informações sobre o Portal do Empreendedor

A primeira versão do portal do empreendedor entrou em operação no 2º semestre de 2009. Entretanto, diante do excesso de páginas para preenchimento e as falhas nas conexões entre Receita Federal, Junta Comercial, Estado e Município, ocasionou problemas operacionais a muitos interessados. Diante disso, medidas foram tomadas no sentido de sanar os problemas a partir de meados de fevereiro de 2010. A segunda geração do portal do empreendedor é bem mais simples, devendo o empreendedor informar, basicamente, em uma única tela, o número do CPF, da identidade, o CEP, nome, endereço, a atividade a ser exercida e selecionar campos de desimpedimentos legais.

Após o cadastramento, o CNPJ e o número de inscrição na Junta Comercial são obtidos imediatamente. Não é necessário encaminhar nenhum documento à Junta Comercial. Nenhuma cópia de documento precisa ser anexada.

Tratando-se de atividade comercial, a Inscrição Estadual também sairá com o cadastro sincronizado (Estado de São Paulo e RFB). Efetuada a inscrição do **MEI**, os dados cadastrais serão disponibilizados para a Previdência Social e demais órgãos e entidades responsáveis pela inscrição fiscal, emissão do alvará de funcionamento e licenciamentos

DICA: Permite a união para compras e[illegible]conjunto.

Envasador e empacotador, Esteticista de animais domésticos, Estofador,

F

Fabricante de absorventes higiênicos, Fabricante de Açúcar Mascavo, Fabricante de águas naturais, Fabricante de alimentos prontos congelados, Fabricante de Amido e Féculas de Vegetais, Fabricante de artefatos de funilaria, Fabricante de artefatos estampados de metal, Fabricante de artefatos para pesca e esporte, Fabricante de artefatos têxteis para uso doméstico, Fabricante de artigos de cutelaria, Fabricante de aviamentos para costura, Fabricante de balas, confeitos e frutas cristalizadas, Fabricante de bolsas/bolseiro, Fabricante de brinquedos não eletrônicos, Fabricante de calçados de borracha, madeira e tecidos e fibras, Fabricante de calçados de couro, Fabricante de chá, Fabricante de cintos/cinteiro, Fabricante de conservas de frutas, Fabricante de conservas de legumes e outros vegetais, Fabricante de desinfestantes, Fabricante de embalagens de cartolina e papel-cartão, Fabricante de embalagens de madeira, Fabricante de embalagens de papel, Fabricante de especiarias, Fabricante de esquadrias metálicas, Fabricante de fios de algodão, Fabricante de fios de linho, rami, juta, seda e lã, Fabricante de fumo e derivados do fumo, Fabricante de geléia de mocotó, Fabricante de gelo comum, Fabricante de guarda-chuvas e similares, Fabricante de guardanapos e copos de papel, Fabricante de instrumentos musicais, Fabricante de jogos recreativos, Fabricante de Laticínios, Fabricante de letreiros, placas e painéis não luminosos, Fabricante de luminárias e outros equipamentos de iluminação, Fabricante de malas, Fabricante de massas alimentícias, Fabricante de meias, Fabricante de mochilas e carteiras, Fabricante de painéis e letreiros luminosos, Fabricante de pão de queijo congelado, Fabricante de papel, Fabricante de partes de peças do vestuário - facção, Fabricante de partes de roupas íntimas - facção, Fabricante de partes de roupas profissionais - facção, Fabricante de partes para calçados, Fabricante de produtos de perfumaria e de higiene

DICA: Informe-se sobre [illegible]atividades e suas exigências.

pessoal, Fabricante de produtos de polimento, Fabricante de produtos de soja, Fabricante de produtos de tecido não tecido para uso odonto-médico-hospitalar, Fabricante de produtos derivados de carne, Fabricante de Produtos Derivados do Arroz, Fabricante de Rapadura e Melaço, Fabricante de refrescos, xaropes e pós para refrescos, Fabricante de roupas íntimas, Fabricante de sabões e detergentes sintéticos, Fabricante de sucos de frutas, hortaliças e legumes, Farinheiro de Mandioca, Farinheiro de Milho, Ferramenteiro, Ferreiro/forjador, Filmador, Fornecedor de alimentos preparados para empresas, Fosseiro (limpador de fossa), Fotocopiador, Fotógrafo, Fotógrafo aéreo, Fotógrafo submarino, Funileiro / lanterneiro,

G H I J

Galvanizador, Gesseiro, Gravador de carimbos, Guardador de móveis, Guincheiro (reboque de veículos), Humorista, Instalador de equipamentos para orientação à navegação marítima, fluvial e lacustre, Instalador de isolantes acústicos e de vibração, Instalador de isolantes térmicos, Instalador de máquinas e equipamentos industriais, Instalador de painéis publicitários, Instalador de sistema de prevenção contra incêndio, Instalador e reparador de acessórios automotivos, Instalador e reparador de elevadores, escadas e esteiras rolantes, Instalador e reparador de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração, Instrutor de arte e cultura em geral, Instrutor de artes cênicas, Instrutor de cursos gerenciais, Instrutor de cursos preparatórios, Instrutor de idiomas, Instrutor de informática, Instrutor de música, Jardineiro, Jornaleiro,

L

Lapidador, Lavadeira de roupas, Lavadeira de roupas profissionais, Lavador de carro, Lavador de estofado e sofá, Lavrador agrícola, Livreiro, Locador de andaimes, Locador de aparelhos de jogos eletrônicos,

DICA: Verifique o CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas de sua Atividade.

R$ 40,80, correspondente a 8% para salários até R$ 1.024,97, porém este custo é do empregado.

Custo do Empreendedor Individual com o empregado	
Salário mínimo	R$ 510,00
Previdência Patronal (3%)	R$ 15,30
FGTS (8%)	R$ 40,80
TOTAL MENSAL	R$ 566,10

Atenção: No caso do **MEI** ter empregado, recomenda-se a assessoria de um contabilista para cumprir essas e outras obrigações.

Como faço para formalizar um pequeno negócio?

Antes de fazer o registro da formalização, consulte a prefeitura para saber se é possível desenvolver sua atividade no local (bairro, casa ou rua) que você deseja e se ela está de acordo com a legislação, especialmente a **sanitária**, que cuida da saúde pública, e a de **uso e ocupação do solo**, que protege e ordena o crescimento das cidades.

Depois disso, a formalização de pequenos negócios é feita pela Internet no site **www.portaldoempreendedor.gov.br**. Há um considerável número de empresas contábeis espalhadas pelo Brasil que irão realizar esse trabalho de graça.

DICA: Todo processo de formalização está isento de todas as tarifas. Você não paga nada por isso.

de nota fiscal (no caso de venda ou serviço a empresas, as chamadas pessoas jurídicas). Tudo muito simples.

O **MEI** deverá manter em seu poder, da mesma forma, as notas fiscais de compras de produtos e de serviços, de modo a garantir a procedência legal de tudo que adquire, e as eventualmente emitidas para serem anexadas ao formulário simplificado.

OBS.: Veja modelo do formulário simplificado no final desta cartilha.

MEI que contrata Empregado (Obrigações e custos)

O **MEI** que contratar empregado deverá registrar o empregado e ficar atento às seguintes obrigações: salário, 13º, férias, 1/3 férias, FGTS, INSS (8% - empregado e 3% - empregador), Contribuição Sindical, vale transporte, salário família, CAGED, RAIS, PIS, devendo observar ainda a convenção coletiva do sindicato da categoria.

Tomando-se por base o salário mínimo de 2010, a despesa total do **MEI** com o ajudante será de R$ 56,10, sendo R$ 15,30 para o INSS (empregador) e R$ 40,80 para o FGTS, correspondente a 3% e 8% da remuneração paga. Vale lembrar também que o **MEI** está obrigado a reter e recolher o INSS (empregado) no valor de

DICA: Fique atento às obrigações [illegible]alhistas.

Locador de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador, Locador de equipamentos recreativos e esportivos, Locador de fitas de vídeo, DVDs e similares, Locador de livros, revistas, plantas e flores, Locador de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador, Locador de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes, Locador de máquinas e equipamentos para escritório, Locador de material médico, Locador de móveis, utensílios, instrumentos musicais e aparelhos de uso doméstico e pessoal, Locador de objetos do vestuário, jóias e acessórios, Locador de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador, Locador de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes,

M O

Mágico, Manicure/pedicure, Maquiador, Marceneiro, Marmiteiro, Mecânico de motocicletas e motonetas, Mecânico de veículos, Merceeiro/vendeiro, Mergulhador (escafandrista), Moendeiro, Montador de móveis, Montador e instalador de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, Motoboy, Mototaxista, Moveleiro, Moveleiro de móveis metálicos, Oleiro, Operador de marketing direto, Organizador municipal de excursões em veículo próprio, Ourives,

P

Padeiro, Panfleteiro, Papeleiro, Pastilheiro, Pedreiro, Peixeiro, Pescador em água doce, Pescador em água salgada, Pintor de automóveis, Pintor de parede, Pipoqueiro, Pirotécnico, Pizzaiolo em domicílio, Poceiro/cisterneiro/cacimbeiro, Podador agrícola, Produtor de algas e demais plantas aquáticas, Professor particular, Promotor de eventos, Promotor de turismo local, Promotor de vendas, Proprietário de Albergue não

DICA: Dispensa de Emis[illegible] de Nota Fiscal para consumidor (P[illegible]soa Física).

assistencial, Proprietário de bar e congêneres, Proprietário de camping, Proprietário de cantinas, Proprietário de carro de som para fins publicitários, Proprietário de casa de chá, Proprietário de casa de sucos, Proprietário de casas de festas e eventos, Proprietário de estacionamento de veículos, Proprietário de fliperama, Proprietário de Hospedaria, Proprietário de lanchonete, Proprietário de pensão, Proprietário de Restaurante, Proprietário de sala de acesso à Internet, Proprietário de salão de jogos de sinuca e bilhar,

Q R

Queijeiro/Manteigueiro, Quitandeiro, Quitandeiro ambulante, Reciclador de borracha, madeira, papel e vidro, Reciclador de materiais metálicos, exceto alumínio, Reciclador de materiais plásticos, Reciclador de sucatas de alumínio, Redeiro, Reflorestador, Relojoeiro, Removedor e exumador de cadáver, Rendeira, Reparador de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica, Reparador de balanças industriais e comerciais, Reparador de baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos, Reparador de bicicleta, Reparador de cordas, velames e lonas, Reparador de embarcações para esporte e lazer, Reparador de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas, Reparador de extintor de incêndio, Reparador de filtros industriais, Reparador de geradores, transformadores e motores elétricos, Reparador de instrumentos musicais, Reparador de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não-eletrônicos para escritório, Reparador de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, Reparador de máquinas e aparelhos para a indústria gráfica, Reparador de máquinas e equipamentos para a indústria da madeira, Reparador de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, do vestuário, do couro e calçados, Reparador de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária, Reparador de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, Reparador de máquinas

DICA: Faça seu Controle de Vendas Diário.

Será preciso ter contabilidade?

A contabilidade formal está dispensada. Mesmo assim, o **MEI** tem assessoria contábil gratuita para o registro da empresa e a primeira declaração anual simplificada.

A rigor, depois da inscrição como **MEI** e dos recolhimentos mensais, a declaração anual simplificada é a única obrigação. Essa declaração deverá ser feita também pela internet até o último dia do mês de janeiro de cada ano.

Contudo, o empreendedor deve zelar pela sua atividade e manter o controle em relação ao que compra e ao que vende, e quanto está ganhando e gastando. Essa organização mínima permite gerenciar melhor o negócio e sua própria vida financeira, além de ser importante para crescer e se desenvolver.

Para tanto, você deverá registrar, mensalmente, em **formulário simplificado**, o total das suas receitas. Neste relatório mensal das receitas brutas devem ser anotados separadamente os valores provenientes da revenda de mercadorias, da venda de produtos industrializados e prestação de serviços, dependendo da atividade desenvolvida pelo empreendedor.

Essas receitas devem estar separadas ainda entre as que foram efetivadas com a dispensa de emissão de nota fiscal (no caso de consumidor final pessoa física) ou com emissão

DICA: Controles contábeis fiscais simplificados.

de nota fiscal (no caso de venda ou serviço a empresas, as chamadas pessoas jurídicas). Tudo muito simples.

O **MEI** deverá manter em seu poder, da mesma forma, as notas fiscais de compras de produtos e de serviços, de modo a garantir a procedência legal de tudo que adquire, e as eventualmente emitidas para serem anexadas ao formulário simplificado.

OBS.: Veja modelo do formulário simplificado no final desta cartilha.

MEI que contrata Empregado (Obrigações e custos)

O **MEI** que contratar empregado deverá registrar o empregado e ficar atento às seguintes obrigações: salário, 13º, férias, 1/3 férias, FGTS, INSS (8% - empregado e 3% - empregador), Contribuição Sindical, vale transporte, salário família, CAGED, RAIS, PIS, devendo observar ainda a convenção coletiva do sindicato da categoria.

Tomando-se por base o salário mínimo de 2010, a despesa total do **MEI** com o ajudante será de R$ 56,10, sendo R$ 15,30 para o INSS (empregador) e R$ 40,80 para o FGTS, correspondente a 3% e 8% da remuneração paga. Vale lembrar também que o **MEI** está obrigado a reter e recolher o INSS (empregado) no valor de

DICA: Fique atento às obrigações [illegible]alhistas.

Locador de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador, Locador de equipamentos recreativos e esportivos, Locador de fitas de vídeo, DVDs e similares, Locador de livros, revistas, plantas e flores, Locador de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador, Locador de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes, Locador de máquinas e equipamentos para escritório, Locador de material médico, Locador de móveis, utensílios, instrumentos musicais e aparelhos de uso doméstico e pessoal, Locador de objetos do vestuário, jóias e acessórios, Locador de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador, Locador de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes,

M O

Mágico, Manicure/pedicure, Maquiador, Marceneiro, Marmiteiro, Mecânico de motocicletas e motonetas, Mecânico de veículos, Merceeiro/vendeiro, Mergulhador (escafandrista), Moendeiro, Montador de móveis, Montador e instalador de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, Motoboy, Mototaxista, Moveleiro, Moveleiro de móveis metálicos, Oleiro, Operador de marketing direto, Organizador municipal de excursões em veículo próprio, Ourives,

P

Padeiro, Panfleteiro, Papeleiro, Pastilheiro, Pedreiro, Peixeiro, Pescador em água doce, Pescador em água salgada, Pintor de automóveis, Pintor de parede, Pipoqueiro, Pirotécnico, Pizzaiolo em domicílio, Poceiro/cisterneiro/cacimbeiro, Podador agrícola, Produtor de algas e demais plantas aquáticas, Professor particular, Promotor de eventos, Promotor de turismo local, Promotor de vendas, Proprietário de Albergue não

DICA: Dispensa de Emis[illegible] de Nota Fiscal para consumidor (P[illegible]soa Física).

Veja a Cobertura Previdenciária e as carências, o tempo de Contribuições Mensais (CM):

Aposentadoria por idade:
Mulher aos 60 anos e homem aos 65. Os trabalhadores rurais podem pedir aposentadoria por idade com cinco anos a menos. É necessário contribuir **pelo menos 180 meses** e a renda será de um salário mínimo;

Aposentadoria por invalidez:
O trabalhador tem que contribuir para a Previdência Social por no **mínimo 12 meses**;

Auxílio-doença:
Para ter direito ao benefício, o trabalhador tem de contribuir para a Previdência Social por, **no mínimo, 12 meses (carência)**;

Salário-maternidade:
São necessárias **10 contribuições mensais** para receber o benefício;

Auxílio-reclusão e pensão por morte:
Nestes casos, o **MEI** terá direito **a partir da primeira contribuição** que fizer.

Atenção: Para ter direito a aposentadoria por tempo de contribuição, o **MEI** deverá complementar o pagamento ao INSS com uma alíquota complementar de 9%, calculada sobre o salário-mínimo por meio da GPS (código 1295), na rede bancária, até o dia 15 do mês seguinte.

DICA: Antes de se registrar, confira as n as municipais.

motrizes não-elétricas, Reparador de máquinas para bares e lanchonetes, Reparador de máquinas para encadernação, Reparador de máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações térmicas, Reparador de panelas (paneleiro), Reparador de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos, Reparador de tonéis, barris e paletes de madeira, Reparador de tratores agrícolas, Reparador de veículos de tração animal, Restaurador de instrumentos musicais históricos, Restaurador de jogos acionados por moedas, Restaurador de livros, Restaurador de obras de arte, Restaurador de prédios históricos, Retificador de motores para veículos automotores, Revelador de filmes fotográficos,

S T V

Salgadeira, Salineiro/extrator de sal marinho, Salsicheiro/linguiceiro, Sapateiro, Seleiro, Sepultador, Serigrafista, Serigrafista publicitário, Seringueiro, Serralheiro, Sintequeiro, Soldador/brasador, Sorveteiro, Sorveteiro ambulante, Tanoeiro, Tapeceiro, Tatuador, Taxista, Tecelão, Tecelão de algodão, Técnico de manutenção de computador, Técnico de manutenção de eletrodomésticos, Técnico de manutenção de telefonia, Telhador, Tintureiro, Torneiro mecânico, Tosador de animais domésticos, Tosquiador, Transportador aquaviário para passeios turísticos, Transportador de escolares, Transportador de mudanças, Transportador marítimo de carga, Transportador municipal de cargas não perigosas (carreto), Transportador municipal de travessia por navegação, Transportador municipal hidroviário de cargas, Tricoteira, Vassoureiro, Vendedor ambulante de produtos alimentícios, Verdureiro, Vidraceiro de automóveis, Vidraceiro de edificações, Vinagreiro.

NOTA: Médicos, Engenheiros, Advogados e outras profissões regulamentadas não se enquadram como Microempreendedor Individual - MEI.

DICA: Atividades Ir ectuais não podem ser MEI.

PERGUNTAS E RESPOSTAS

PARA OUTRAS DÚVIDAS:

E se houver atraso no pagamento?

Caso haja esquecimento do pagamento na data certa, haverá cobrança de juros e multa. A multa será de 0,33% por dia de atraso limitado a 20% e os juros serão calculados com base na taxa SELIC, sendo que, para o primeiro mês de atraso, os juros serão de 1%. Após o vencimento, deverá ser gerado novo DAS no portal. A emissão do novo DAS já conterá os valores da multa e dos juros, sem precisar fazer cálculos por fora.

Posso cancelar a minha inscrição e encerrar minha empresa?

Sim, no entanto para esse procedimento não há previsão de isenção de taxas, de serviços contábeis e o cancelamento não é feito pelo portal do empreendedor. Desta forma, com exceção do processo de inscrição do **MEI**, os demais atos (alteração e baixa), seguirão os procedimentos normais e cobrança de emolumentos e taxas pelos órgãos de registro e honorários do escritório contábil.

Posso trabalhar para outra empresa?

Sim, não há problema, desde que este trabalho não caracterize relação de emprego, isto é, vínculo empregatício. Isso significa que o benefício fiscal criado pela lei é destinado ao empreendedor, e não à empresa que o contrata. Significa, também, que não há intenção de fragilizar as relações de trabalho, não devendo o instituto ser utilizado por empresas para a transformação em **MEI**, pessoas físicas que lhes prestam serviços, numa relação típica patrão x empregado.

Vale ressaltar que, salvo os serviços de hidráulica, eletricidade, pintura,

DICA: O MEI não é empregado [illegible]mpresário individual.

O MEI NÃO PAGA:

- Taxas e honorários para formalização ou abertura;
- IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica);
- CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro);
- PIS (Programa de Integração Social);
- COFINS (Contrib. p/ o Financiam. da Seguridade Social);
- IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados);
- CPP (Contribuição Patronal Previdenciária);
- A 1ª Declaração Anual de Ajuste a ser feita pelos escritórios de serviços contábeis inscritos pelo Simples Nacional ou suas entidades representativas.*

* As demais Declarações Anuais serão por conta do MEI

Quais são os benefícios?



- Cobertura da Previdência Social para o Empreendedor e sua família;
- Segurança para desenvolver seu pequeno negócio de forma legal;
- Dispensa de formalidade escrituração fiscal e contábil;
- Com o CNPJ, pode emitir notas e vender para outras empresas e para o governo;
- Pode comprovar renda legal e financiar compras com acesso facilitado aos serviços bancários.

DICA: R[illegible]himento unificado dos impostos.

Veja a Cobertura Previdenciária e as carências, o tempo de Contribuições Mensais (CM):

Aposentadoria por idade:
Mulher aos 60 anos e homem aos 65. Os trabalhadores rurais podem pedir aposentadoria por idade com cinco anos a menos. É necessário contribuir **pelo menos 180 meses** e a renda será de um salário mínimo;

Aposentadoria por invalidez:
O trabalhador tem que contribuir para a Previdência Social por no **mínimo 12 meses**;

Auxílio-doença:
Para ter direito ao benefício, o trabalhador tem de contribuir para a Previdência Social por, **no mínimo, 12 meses (carência)**;

Salário-maternidade:
São necessárias **10 contribuições mensais** para receber o benefício;

Auxílio-reclusão e pensão por morte:
Nestes casos, o **MEI** terá direito **a partir da primeira contribuição** que fizer.

Atenção: Para ter direito a aposentadoria por tempo de contribuição, o **MEI** deverá complementar o pagamento ao INSS com uma alíquota complementar de 9%, calculada sobre o salário-mínimo por meio da GPS (código 1295), na rede bancária, até o dia 15 do mês seguinte.

DICA: Antes de se registrar, confira as n as municipais.

motrizes não-elétricas, Reparador de máquinas para bares e lanchonetes, Reparador de máquinas para encadernação, Reparador de máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações térmicas, Reparador de panelas (paneleiro), Reparador de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos, Reparador de tonéis, barris e paletes de madeira, Reparador de tratores agrícolas, Reparador de veículos de tração animal, Restaurador de instrumentos musicais históricos, Restaurador de jogos acionados por moedas, Restaurador de livros, Restaurador de obras de arte, Restaurador de prédios históricos, Retificador de motores para veículos automotores, Revelador de filmes fotográficos,

S T V

Salgadeira, Salineiro/extrator de sal marinho, Salsicheiro/linguiceiro, Sapateiro, Seleiro, Sepultador, Serigrafista, Serigrafista publicitário, Seringueiro, Serralheiro, Sintequeiro, Soldador/brasador, Sorveteiro, Sorveteiro ambulante, Tanoeiro, Tapeceiro, Tatuador, Taxista, Tecelão, Tecelão de algodão, Técnico de manutenção de computador, Técnico de manutenção de eletrodomésticos, Técnico de manutenção de telefonia, Telhador, Tintureiro, Torneiro mecânico, Tosador de animais domésticos, Tosquiador, Transportador aquaviário para passeios turísticos, Transportador de escolares, Transportador de mudanças, Transportador marítimo de carga, Transportador municipal de cargas não perigosas (carreto), Transportador municipal de travessia por navegação, Transportador municipal hidroviário de cargas, Tricoteira, Vassoureiro, Vendedor ambulante de produtos alimentícios, Verdureiro, Vidraceiro de automóveis, Vidraceiro de edificações, Vinagreiro.

NOTA: Médicos, Engenheiros, Advogados e outras profissões regulamentadas não se enquadram como Microempreendedor Individual - MEI.

DICA: Atividades Ir ectuais não podem ser MEI.

fixa mensal de 11% do salário mínimo vigente (R$ 56,10) a título de contribuição previdenciária ao INSS, R$ 1,00 de ICMS para o Estado se a atividade for comércio ou indústria, ou R$ 5,00 de ISS para o município se a atividade for prestação de serviço.



Veja os valores para 2010 a serem recolhidos mensalmente:

R$ 57,10 - Comércio e Indústria (INSS + ICMS)
R$ 61,10 - Prestação de Serviços (INSS + ISS)
R$ 62,10 - Atividades mistas (INSS + ICMS + ISS)

O pagamento desses valores será feito por meio de um documento chamado DAS, que é gerado pela Internet, no portal do empreensedor. O pagamento será feito na rede bancária e casas lotéricas, até o dia 20 de cada mês.

DICA: Isenção de Taxa de Re[illegible]o.

alvenaria, carpintaria e de manutenção ou reparo de veículos, cuja tributação previdenciária tem características próprias, o **MEI** não poderá realizar cessão ou locação de mão de obra.
Entende-se por cessão ou locação de mão de obra a colocação à disposição da empresa contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de trabalhadores, inclusive o **MEI**, que realizem serviços contínuos relacionados ou não com sua atividade fim, quaisquer que sejam a natureza e a forma de contratação.

E se meu faturamento aumentar, eu vou pagar mais?

A formalização do **MEI** é a porta de entrada no Simples Nacional. Portanto, ao desenquadrar como **MEI**, o empreendedor ingressará no sistema do Simples Nacional, cuja tributação será maior, de acordo com o aumento de sua receita bruta anual. Ao crescer e faturar mais, você pula de faixa. São 20 faixas, conforme o seu faturamento, até o limite de R$ 2,4 milhões. As condições oferecidas pelo sistema simplificado de tributação são vantajosas, quando comparadas aos outros regimes tributários, que são o lucro real e o lucro presumido.

Eu vou ter que entregar a Declaração de Imposto de Renda como Pessoa Física (DIRPF)?

Atualmente, qualquer empresário que seja sócio ou titular de empresa individual está obrigado a apresentar DIRPF. Contudo, o Ato Declaratório nº 70/2009 da Receita Federal, dispensou o **MEI** com receita bruta até R$ 17.215,08 em 2009 da DIRPF.

Atenção: Ao tempo de apresentar a DIRPF, verifique se o AD 70/09 continua em vigor. Este tipo de norma costuma ser alterada com frequência.

DICA: O MEI é a porta d[illegible]trada para o Simples Nacional.

ATENÇÃO: Principalmente se a sua atividade for de serviços, avalie se o registro como autônomo não será mais vantajoso que na condição de **MEI**, pois muitos municípios isentam os autônomos do ISS e, além disso, para efeito do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, a legislação permite que esses profissionais liberais utilizem Livro-Caixa para abater uma série de despesas.

O que é o SEBRAE?

O **SEBRAE** é um serviço autônomo que atua por meio do incentivo ao empreendedorismo com apoio a todas as fases desse processo, desde a educação empreendedora nas escolas até ações de exportação, passando pela orientação empresarial, tecnológica e de comercialização.

Mas o que o SEBRAE pode fazer por mim?

O **SEBRAE** pode tirar suas dúvidas sobre o **MEI** e apresentar produtos e serviços como cursos, palestras e consultorias para você abrir ou melhorar sua empresa e cuidar melhor do seu negócio.
A decisão sobre a inscrição como **MEI** compete exclusivamente a você.

Como faço para localizar uma unidade do SEBRAE-SP?

Ligue grátis: **0800 570 0800**, cadastre-se no Portal do SEBRAE-SP e receba mais informações: **www.sebraesp.com.br/cadastro**.

Como faço para tirar dúvidas sobre questões previdenciárias?

Ligue para **135**, Central da Previdência Social.

DICA: Empreendedor, ava tome sua decisão.

Quais são as condições para se tornar um Microempreendedor Individual?

O faturamento total anual da atividade deve estar limitado a R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais) no ano-calendário, de janeiro a dezembro.

Além da relação de ocupações que podem aderir ao **MEI**, informe-se sobre as leis da sua cidade. O ambulante ou quem trabalha em lugar fixo deverá ter autorização da Prefeitura com relação ao tipo de atividade e ao local onde irá trabalhar. A obtenção do CNPJ e a inscrição da Junta Comercial não substituem as normas de ocupação dos municípios que devem ser observadas e obedecidas.

Outro ponto importante: você não pode ser sócio, titular ou administrador de outra empresa. E, claro, também não pode ter filiais.

Você pode até contar com um (1) empregado, mas apenas um, e que receba um (1) salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional (ver sindicato), o que for mais alto.

Mas quanto isso vai custar?

A grande novidade do **MEI** vem justamente da isenção de praticamente todos os tributos. Paga-se apenas uma taxa

DICA: Maic egurança jurídica com a formalização.

Realização:

SEBRAE SP

Central de Atendimento
0800 570 0800
De segunda a sexta, das 8h às 20h - ligação gratuita.

www.sebraesp.com.br | twitter.com/sebraesp

Apoio:

FECOMERCIO SP

NossaCaixa Desenvolvimento
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO

BANCO DO POVO PAULISTA
Acreditando em quem produz

CEPAM

SESCON-SP 60 anos

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

OAB SP

FIESP

FACESP
FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

FAESP
FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

UVESP
UNIÃO DOS VEREADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO

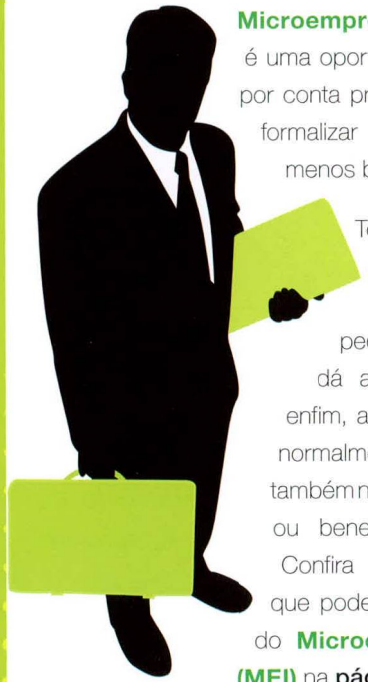
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS

Cartilha do
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL



O que é Microempreendedor Individual (MEI)?



Microempreendedor Individual (MEI) é uma oportunidade para quem trabalha por conta própria conquistar cidadania e formalizar um pequeno negócio com menos burocracia e de graça.

Todo mundo conhece alguém que trabalha como: eletricista, costureira, barbeiro, manicure, pedreiro, artesão, professora que dá aulas de música em casa, enfim, autônomos e ambulantes que normalmente não pagam tributos, mas também não têm direitos previdenciários ou benefícios de quem é formal. Confira a relação das ocupações que podem aderir ao regime especial do **Microempreendedor Individual (MEI)** na **pág.12** desta cartilha.

A figura jurídica do **MEI** foi criada pela Lei Complementar 128 de 2008, que aprimorou a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (LC 123/06) e entrou em vigor em julho de 2009.

DICA: Possibilidade de cres[illegible]ento

Abra e veja o modelo de formulário simplificado que lhe auxiliará no controle de sua receita mensal, facilitando, assim, sua declaração de imposto anual.

O que é Microempreendedor Individual (MEI)?



Microempreendedor Individual (MEI) é uma oportunidade para quem trabalha por conta própria conquistar cidadania e formalizar um pequeno negócio com menos burocracia e de graça.

Todo mundo conhece alguém que trabalha como: eletricista, costureira, barbeiro, manicure, pedreiro, artesão, professora que dá aulas de música em casa, enfim, autônomos e ambulantes que normalmente não pagam tributos, mas também não têm direitos previdenciários ou benefícios de quem é formal. Confira a relação das ocupações que podem aderir ao regime especial do **Microempreendedor Individual (MEI)** na **pág.12** desta cartilha.

A figura jurídica do **MEI** foi criada pela Lei Complementar 128 de 2008, que aprimorou a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (LC 123/06) e entrou em vigor em julho de 2009.

DICA: Possibilidade de cres[illegible]ento

RELATÓRIO MENSAL DAS RECEITAS BRUTAS - MEI	
CNPJ:	
Empreendedor individual:	
Período de apuração:	
RECEITA BRUTA MENSAL - REVENDA DE MERCADORIAS (COMÉRCIO)	
I - Revenda de mercadorias com dispensa de emissão de documento fiscal	R$
II - Revenda de mercadorias com documento fiscal emitido	R$
III - Total das receitas com revenda de mercadorias (I + II)	R$
RECEITA BRUTA MENSAL - VENDA DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (INDÚSTRIA)	
IV - Venda de produtos industrializados com dispensa de emissão de documento fiscal	R$
V - Venda de produtos industrializados com documento fiscal emitido	R$
VI - Total das receitas com venda de produtos industrializados (IV + V)	R$
RECEITA BRUTA MENSAL - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
VII - Receita com prestação de serviços com dispensa de emissão de documento fiscal	R$
VIII - Receita com prestação de serviços com documento fiscal emitido	R$
IX - Total das receitas com prestação de serviços (VII + VIII)	R$
X - Total geral das receitas brutas no mês (III + VI + IX)	R$
LOCAL E DATA:	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO:
ENCONTRAM-SE ANEXADOS A ESTE RELATÓRIO: - Os documentos fiscais comprobatórios das entradas de mercadorias e serviços tomados referentes ao período; - As notas fiscais relativas às operaç[illegible]ou prestações realizadas eventualmente emitidas.	